

UMA ABORDAGEM ÉTICA E MORAL À EUTANÁSIA EM ANIMAIS DE COMPANHIA

Maria Beatriz Almeida Marques Martins de Araújo

Resumo: Numa primeira instância, perante o sofrimento de um animal de companhia, decidir eutanasiar o mesmo para protegê-lo desse sofrimento e impedir a sua escalada, pode parecer a melhor decisão. No entanto, é imperativo um processo de decisão, no qual se considere o que é para o animal o seu “melhor interesse”, através de uma avaliação objectiva do seu bem-estar, que englobe não apenas a sua condição física, mas igualmente a sua experiência subjectiva, resultando em estados afectivos quer negativos, quer positivos. Em razão dos animais de companhia não poderem tomar decisões por si, estando dependentes do seu detentor e do veterinário, é fulcral implementar-se um debate e um raciocínio ético que não só tenha em conta que os animais são seres sencientes e que o seu interesse também deve ser protegido.

1. INTRODUÇÃO



Em clínica de animais de companhia, os médicos veterinários deparam-se, não raramente, com dilemas éticos ao exercerem a sua profissão, dilemas esses que, por sua vez, têm impacto no bem-estar emocional dos profissionais da área (Batchelor and McKeegan 2012). Um destes dilemas respeita à

eutanásia, a qual é realizada por cada veterinário, em média, cinco vezes por semana, segundo o estudo de Meehan (2007). As questões que envolvem a eutanásia na prática clínica de animais de companhia são exploradas dentro de uma tríade complexa, composta pelo paciente (animal de companhia), o seu detentor e o médico veterinário (Christiansen et al. 2016; Gray and Fordyce 2020). Aliás, segundo Batchelor e McKeegan (2012) após um inquérito a veterinários dos EUA, os três dilemas éticos mais comuns relacionam-se, de forma mais ou menos direta, com questões subjacentes à eutanásia: a solicitação de eutanásia de animais saudáveis; o desejo de prolongar o tratamento do animal, em detrimento do seu bem-estar e constrangimentos financeiros, que impossibilitam, por vezes, a prestação de cuidados médicos.

Para além do já referido, os próprios veterinários sublinham a enorme carga de stress que aquelas questões despoletam (Batchelor and McKeegan 2012) sendo que existe uma associação positiva entre o número de eutanásias efectuadas por semana e o stress no trabalho (Meehan and Bradley 2007). Assim, é preciso atentar ao impacto psicológico nos veterinários, resultante da execução deste ato, e atender às emoções dos detentores (Meehan and Bradley 2007). O mais interessante é que, também segundo um estudo com médicos veterinários nos EUA e no Canadá, mais de 70% dos veterinários afirma não ter recebido qualquer treino para resolver conflitos morais e/ou éticos ou para preservar a sua saúde mental (Moses et al. 2018).

Indivíduos que trabalham em abrigos e canis, laboratórios com animais e veterinários estão sujeitos ao “stress moral”, termo criado por Rollin (2011), ao observar os profissionais destas áreas, e que se caracteriza por ser uma forma de stress insidiosa, que não se consegue gerir e aliviar através das abordagens habituais de gestão de stress. Que resulta do fato de ainda que estes agentes estejam focados em garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos animais, deparam-se, igualmente,

com situações em que tem de terminar a vida de um animal (Rollin 2011).

Ademais, a forma de ver e viver com os animais tem-se modificado ao longo dos tempos, tendo estes um papel cada vez mais importante no seio da própria família, sendo fonte de amor, lealdade, devoção e partilha de bons e maus momentos, mas também de conforto, companhia, amizade e alegria (Rollin 2011). Assim, parece também fazer sentido para a sociedade, que as questões e conflitos que advém da necessidade de praticar a eutanásia sejam solucionados

2. O QUE É A EUTANÁSIA?

Em Portugal, em termos legais, a eutanásia, é um ato médico-veterinário, podendo apenas ser realizada por um médico veterinário, ainda que se prevejam exceções “*no caso de situações urgentes, de epidemias ou de catástrofes*”. (Cfr. Artº 20º do Código Deontológico) mas noutros países, ainda que seja um ato comum na profissão, não faz legalmente parte das competências do médico veterinário, como é o caso do Reino Unido (BVA 2016) o que pode levar à eutanásia de animais cujo “melhor interesse” não é correctamente avaliado nem ponderado, podendo nem mesmo existir um claro “melhor interesse”. Aliás, em países como o Reino Unido e os EUA, a lei não faz objeção à morte de animais perfeitamente saudáveis (Yeates 2010).

A hipótese de eutanasiar animais de companhia tem de ser previamente submetida a uma meticulosa avaliação do bem-estar e qualidade de vida do animal, bem como do papel deste no seio da família da qual faz parte e de como esta garante a manutenção do seu bem-estar e o respeito pela sua qualidade de vida (Gray and Fordyce 2020) Para tal os médicos veterinários, além de utilizarem os seus conhecimentos técnicos, científicos e experiência, têm de fazer uma reflexão numa perspectiva ética,

moral e, até mesmo, filosófica, uma vez que há uma crescente preocupação em responder a questões como: qual o valor moral dos animais? qual o grau de consciência dos animais? que impacto têm as intervenções humanas e ambientais nos animais? (AVMA 2020) sendo certo que são animais sencientes que, além de poderem vivenciar experiências e sensações negativas, podem igualmente experimentar sensações positivas - em qualquer um destes debates, os veterinários detêm um papel central na proteção dos animais. O processo através do qual se decide eutanasiar pode desencadear dúvidas a nível moral e ser fonte de tensão para os veterinários e detentores, em particular quando não efectuadas no interesse do animal, originando até sentimentos de culpa ou arrependimento (Yeates 2010; Moses et al. 2018).

A definição de “eutanásia”, num sentido abrangente, significa provocar a morte de um animal por forma a minimizar ou eliminar a dor e a ansiedade, através de técnicas humanas que permitam uma morte o mais rápida possível (AVMA 2020). Porém, esta definição não abrange o conceito de “bem-estar” do animal, deixando porta aberta a muitas formas de matar que não vão de encontro ao “melhor interesse” para o animal (Yeates 2010). Ademais, pretende apenas causar o mínimo ou nenhum sofrimento no animal, não fornecendo qualquer tipo de critério decisivo para o veterinário (Persson et al. 2020).

Por outro lado, quando o animal está doente e a manutenção da sua vida implicaria sofrimento e um declínio natural das suas capacidades físicas e psicológicas, sendo que as oportunidades de ter experiências que despoletam prazer e satisfação das suas necessidades ocorrem menos ou com menor intensidade do que vivências de estados negativos mentais e físicos, a perda da vida pode ser um momento desejado e facilitada pela eutanásia (AVMA 2020).

Em países nos quais o melhor interesse do animal não é condição obrigatória para se equacionar a eutanásia, pode-se

definir três formas de terminar a vida (Yeates 2010; BVA 2016):

1. *Eutanásia absolutamente justificada*: situação na qual a manutenção da vida do animal significa uma sobreposição do bem-estar negativo em relação ao positivo, sendo a morte a única forma de impedir o prolongamento de uma situação de vida com nítido impacto negativo para o animal - nestas circunstâncias, recorrer a (mais) tratamentos médicos não será ético e apenas será considerado tratamento excessivo e desnecessário.
2. *Eutanásia contextualmente justificada*: situação na qual, numa realidade ideal, o animal, devidamente tratado e cuidado, teria uma vida que valeria a pena ser vivida mas, no contexto e nas circunstâncias em concreto, a vida que se lhe apresenta não merece ser vivida por não lhe possibilitar experienciar boas vivências, normalmente devido a um detentor não razoável ou à sociedade.
3. *Morte não justificada*: morte que não pode ser classificada como verdadeira eutanásia, uma vez que não é claramente no melhor interesse do animal.

Nos casos de *eutanásia contextualmente justificada* incluem-se as situações relativas a animais com comportamento agressivo imprevisível para com crianças ou adultos e a eutanásia por motivos financeiros. Nestas situações, segundo a British Veterinary Association (2016), é necessário fazer um balanço entre o benefício e o prejuízo para o animal, o detentor, outros animais e a sociedade. Outros casos de eutanásia contextualmente justificada prendem-se, infelizmente, com questões financeiras, pois um animal não só carece de cuidados básicos como também de cuidados mais complexos e caros, quando doente, necessitando o detentor de ter, não só os meios financeiros para os pagar, mas também, e ridiculamente, a vontade de gastar dinheiro (BVA 2016).

Em função destas definições, Fawcett (2013) argumenta

que é necessário haver terminologia que distinga a eutanásia, que se deve restringir à morte, de um animal, moralmente justificável, da morte de animais eticamente injustificável, que não deve ser chamada de eutanásia.

3. O MÉDICO VETERINÁRIO

Segundo o preâmbulo do Código Deontológico, o médico veterinário tem “*deveres de natureza legal, ética e deontológica, nomeadamente para com os animais e os seus detentores, os clientes, a profissão médico-veterinária no geral e os colegas em particular, a equipa de trabalho, a sociedade e as autoridades competentes, nomeadamente a Ordem dos Médicos Veterinários*”, contudo, quando estes deveres entram em conflito, salienta que “*é da sua responsabilidade estabelecer o equilíbrio possível entre as obrigações em conflito, tendo em conta os valores em causa*”. Compreende-se assim que o médico veterinário possua deveres que vão além de única e exclusivamente garantir o bem-estar animal e que o surgimento de problemáticas éticas são da sua inteira responsabilidade, sem definir um curso de pensamento ético e moral, concreto e explícito. Além disso, as Directivas da União Europeia e o Código Deontológico da profissão veterinária salientam várias entendidades a que os médicos veterinários devem prestar respeito, além do dever de protegerem a saúde e o bem-estar animal, o que demonstra a nítida influência da forma como a sociedade em geral percebe os animais, existindo claramente uma visão utilitarista dos mesmos, estando, quer os próprios animais, quer os veterinários, inerentemente sujeitos às vontades e interesses de vários organismos institucionais (Wolfensohn 2020).

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE MORTE ANIMAL E CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA

Relativamente à forma como se percebe a morte de um animal, existem duas teorias que se encontram em extremos opostos – numa, a morte de um animal não tem relevância moral, integrando uma visão utilitarista do mesmo baseada em argumentos de substituição e justificada pela ausência de determinadas capacidades cognitivas. No outro extremo, a morte é considerada o pior mal infligido aos animais, pelo valor moral inerente a estes ou por lutarem por continuarem vivos, integrando uma visão biocêntrica (Persson et al. 2020). Pelo meio encontram-se outras teorias que sustentam a ideia de que a morte e o sofrimento decorrentes da manutenção da vida, devem ser ambos considerados e ponderados, pois a morte também provoca prejuízo ao privar o animal de, potencialmente, experienciar situações positivas e estados mentais positivos. No fundo, dependendo da qualidade de vida em perspectiva, a morte tanto pode ser benéfica como prejudicial (Cholbi 2017). Belshaw (2016) sugere ainda uma outra visão segundo a qual é possível aceitar a morte como prejuízo para o animal e, ao mesmo tempo, questionar a relevância moral de ver a morte como um prejuízo. Infelizmente, alguns veterinários consideram que a eutanásia não é uma questão de bem-estar e também não é um mal em si pois, acabando a perspectiva de vida futura, não é um benefício nem um prejuízo (BVA 2016) mas este tipo de visão não tem em conta que, acabar com a possibilidade de sentir prazer e experienciar coisas positivas, ao eutanasiar um animal, também é um prejuízo, sendo uma consideração essencial para um debate sobre o interesse do animal e sobre o respeito e dever moral para com ele. Também Wolfensohn (2020) considera que decidir como e quando se deve acabar com a vida de um animal, são muito provavelmente as duas decisões mais relevantes no que diz respeito à forma como é gerido o bem-estar animal.

Cingir a aferição da qualidade de vida do animal, no processo de decisão de eutanasiar, a conceitos que refletem

apenas as necessidades básicas, como é o caso das 5 Necessidades – acesso a água potável e a uma dieta adequada que irá mantê-lo saudável; abrigo adequado, local confortável para descansar, espaço suficiente e instalações adequadas para que possa comportar-se de forma natural e sem sofrer; acesso a veterinário, a tratamento e também a cuidados para prevenir dor, lesão ou doença; companhia de outros animais de sua própria espécie e ser tratado de uma forma que não o assuste ou aflija (Yeates 2011) e o das 5 Liberdades – livre de fome e sede; livre de desconforto; livre de dor, lesão e doença; livre para expressar um comportamento normal e livre de medo e angústia (FAWC 1979), é insuficiente para uma correta avaliação do bem-estar animal, pois este tipo de conceitos, mais uma vez, não tem em conta as sensações de prazer que o animal tem e o seu impacto a nível mental, limitando-se a valorizar a ausência de sensações negativas como, por exemplo, não ter fome. Infelizmente, no que diz respeito às competências do médico veterinário em relação à saúde e bem-estar animal, o Código Deontológico faz única e exclusivamente referência às 5 Liberdades, conforme disposto no Artº 19º, mas se a mensuração do bem-estar do animal se baseasse apenas na eliminação de estados mentais negativos, tais como: dor, sofrimento, ausência de provimento das necessidades básicas (p.ex.: comer, beber água, dormir) então qualquer animal deveria ser morto o mais cedo possível, para garantir a ausência de sofrimento futuro (Kasperbauer and Sandøe 2016).

Indo ao encontro do atrás exposto, tem-se verificado, sobretudo desde o início deste século, um crescente interesse pelas vivências afectivas positivas que um animal experiencia (Green and Mellor 2011; Mellor 2016). A melhoria do bem-estar de um animal inclui, muito provavelmente, várias formas de interesse, prazer, conforto, confiança, vínculo emocional e a sensação de estar no controlo (Mellor 2016; Yeates and Main 2008; Mellor 2017; McMillan 2020). Assim, acabar com uma

vida com um claro bem-estar positivo, numa perspectiva que considera tanto estados mentais negativos como positivos ao avaliar o bem-estar animal (Kasperbauer and Sandøe 2016) é, claramente, um conceito que reflete o argumento de Mellor (2016) - a *“life worth living”*. Efetivamente, o autor propõe o Modelo dos Cinco Domínios (um modelo estrutural inicialmente elaborado em 1994, e subsequentemente, diversas vezes actualizado) para a avaliação do bem-estar animal, que inclui os seguintes domínios: Nutrição, Ambiente Físico, Saúde, Interações Comportamentais e, o último, Estado Mental –, o qual analisa as interações entre mecanismos fisiológicos e a geração de experiências subjectivas, ou seja, os estados afectivos tanto negativos, bem como positivos (Mellor et al. 2020). Estes dois, ou seja, os mecanismos fisiológicos e os estados afectivos interagem de forma dinâmica, fornecendo um fundamento mais abrangente na avaliação do bem-estar animal (Mellor et al. 2020). Até porque o bem-estar do animal é impactado pela sua experiência subjectiva, mas a verdade é que, durante anos, o estudo do bem-estar animal foi evoluindo tendo apenas em conta estados de bem-estar negativos e as circunstâncias que despoletam experiências desagradáveis ou adversas (Mellor et al. 2009).

Ao atrás referido, acrescenta-se que o Farm Animal Welfare Committee do Reino Unido (2009) define a qualidade de vida *“como um continuum de uma vida que não vale a pena ser vivida (com muito pouco bem-estar e sofrimento), passando por uma vida adequada (uma vida que vale a pena viver, com sofrimento mínimo) para uma vida boa (com bom bem-estar e uma maioria de emoções e experiências positivas)”*.

Mas como é possível aferir o sofrimento e dor de um animal em termos objectivos? E como aferir objetivamente a qualidade de vida do animal e os prejuízos que afectam os 5 Domínios do seu bem-estar? Como é possível aferi-las sem serem contaminadas por julgamentos parciais e antropomórficos

ou que não detenham um conhecimento clínico e científico comprovado acerca dos diversos aspetos próprios do animal e dos efeitos das doenças que os afetam? A resposta a estas questões é fulcral para que o ato da eutanásia seja justificado, e não meramente ponderado, sem razões éticas e morais e que vão de encontro ao melhor cenário para o animal. A este propósito, Wolfensohn (2020) propõe que qualquer aferição deve ter em conta considerações sobre o comportamento e o ambiente dos animais, recorrendo a indicadores comportamentais, fisiológicos e sinais clínicos e/ou patológicos, e não apenas considerações meramente sobre a sua condição física, e que para tal, se tenha em conta a espécie, a idade, o sexo, o estado reprodutivo e as diferenças no estatuto social. Assim, Wolfensohn e seus colegas (2015) criaram o *Animal Welfare Assessment Grid* (AWAG) – disponível online – uma ferramenta com evidência científica, que monitoriza a qualidade de vida do animal, não num curto espaço de tempo, mas ao longo do tempo e atendendo aos efeitos cumulativos do sofrimento e da experiência de vida do animal. Esta ferramenta reflete o Modelo dos Cinco Domínios, podendo ser adaptada a qualquer espécie, nomeadamente aos animais de companhia através da atribuição de pontuação aos vários fatores de avaliação incluídos nos seguintes parâmetros: a saúde física, o bem-estar psicológico, a qualidade do ambiente e situações clínicas e procedimentos de maneio. A vantagem é a de se obter uma avaliação objectiva com o propósito de se tomarem decisões e de se concretizarem as respetivas ações para melhorar o bem-estar do animal, incluindo quando será correcto para o animal, optar pela eutanásia. Um vez que, fornece uma visão objectiva da qualidade de vida do animal, impedindo a parcialidade do detentor, as características morfológicas do animal ou até, o seu valor econômico, de influenciar à avaliação da qualidade de vida, permite o fundamento para se tomarem decisões ponderadas e eticamente justificadas (Wolfensohn 2020).

Rollin (2006), de uma forma genérica, na ponderação de eutanásia, sugere a criação deixar por escrito, como uma enumeração, as atividades que aparentam dar prazer e satisfação ao animal e anotar quais é que o animal ainda consegue fazer, tendo em consideração que animais mais velhos, ainda que já não consigam fazer algumas das actividades que lhes davam prazer, podem ter novas atividades compensatórias. Ademais, também se pode integrar situações que, por sua vez, despoletam o efeito contrário no animal e ainda salientar como é que o detentor sabe se dá ou não prazer ao animal (Rollin 2011). Porém, o mesmo autor salienta que, idealmente, deveria fazer-se esta “enumeração” antes que o animal esteja perante uma situação na qual o tratamento falhou, devendo assim fazer parte dos registos médicos para os detentores a utilizarem de forma objetiva, evitando desejos egoístas de manter o animal vivo, sem nítido interesse para ele. No entanto, se bem que para o detentor possa ser uma forma mais prática e intuitiva ao avaliar a decisão de eutanasiar o seu animal de companhia, carece de considerações técnico-científicas sobre bem-estar animal. Qualquer avaliação do estado de saúde do animal deve ser feita tendo em conta, não o momento presente, mas o prognóstico relativamente ao seu bem-estar e qualidade de vida futuros (Yeates 2010) o que implica antecipar, na medida do possível, o seu estado de saúde (Yeates 2010; BVA 2016).

Para fazer uma avaliação é também preciso atender aos limites das capacidades mentais e cognitivas dos animais, sendo que, até ao momento, não há evidências conceptuais nem empíricas de que um animal seja capaz de antecipar ou desejar o fim do seu sofrimento. Assim, na perspetiva do animal, o que importa é a sua qualidade de vida ainda que possa ter expectativas futuras a curto prazo aprendidas por associação. Por esta razão, ao decidir-se determinado tratamento para um ser humano, há a noção de que o sofrimento causado pelo tratamento é justificável perante a extensão da vida e ainda de

que, em muitas situações, após o tratamento há uma nítida melhoria da qualidade de vida e noutras não - é neste ponto que os valores morais do veterinário e o seu papel enquanto protetor do animal devem fazer-se ouvir (Rollin 2011)

Como profissionais de saúde, os médicos veterinários detêm a autoridade escapuliana, tal como os médicos, e ainda que nos dias de hoje se abandone uma visão paternalista no que se refere à relação entre veterinários e pacientes e detentores, Rollin (2011) considera que este tipo de autoridade, em situações nas quais o sofrimento do animal é notório, sem probabilidades de melhoria e com claro impacto negativo na sua qualidade de vida, é condição necessária para sugerir a eutanásia, a qual não só deve ser permitida como obrigatória. Ainda que interfira na autonomia do cliente (Christiansen et al. 2016) o papel do veterinário é o de defensor do animal, o qual, aliás, deve ser o seu principal foco (Springer et al. 2019). Não raramente, os próprios detentores indagam o que o veterinário faria se o animal fosse deles e, se bem que, em alguns casos, possa mais tarde surgir a vontade de culpabilizar o veterinário, geralmente os detentores apenas necessitam de se sentirem apoiados e aliviarem parte do peso contido na decisão de eutanasiar (Christiansen et al. 2016).

O artº 7º do Decreto-Lei nº 184/2009 salienta a liberdade de escolha dos detentores: “Os CAMV e os profissionais que nestes prestam serviço estão sujeitos ao princípio da liberdade de escolha por parte dos utentes, devendo os profissionais abster-se de praticar quaisquer atos que o ponham em causa”. Todavia, em medicina veterinária o consentimento informado é necessário para realizar a eutanásia o que, na verdade, serve para proteger a autonomia do indivíduo, neste caso o detentor, e não o animal (Ashall et al. 2018) uma vez que este não é capaz de tomar decisões médicas (Persson et al. 2020). Qualquer consentimento que o cliente dê, dá-o de acordo com os seus interesses e com o valor que ele confere ao animal, o que nem

sempre vai de encontro ao melhor para ele (Ashall et al. 2018). Aliás, em situações nas quais a interação entre o detentor e animal é caracterizada por um forte vínculo emocional, não raramente o detentor insiste em pedir tratamentos paliativos ou cirurgias que nem sempre vão de encontro ao melhor interesse do animal (Palmer et al. 2012). Mesmo nos casos de *eutanásia absolutamente justificada*, o consentimento do detentor é fulcral para a sua realização (Ashall et al. 2018). Contudo, detentores há que não a aceitam, ainda que a manutenção da vida vá claramente contra o bem-estar do animal - nestas situações o veterinário deve tentar comunicar com o cliente de outra forma, para que este possa entender realmente a irreversibilidade da situação do animal e, se necessário, sugerir a obtenção de uma segunda opinião. O Código Deontológico refere que, nas situações em que o cliente não consinta um procedimento proposto que protege a saúde e bem-estar do animal, o veterinário pode recusar-se a prestar serviços contudo, nas situações acima referidas, nas quais a eutanásia protegeria o interesse do animal, parece moralmente claro que o mesmo não pode ser deixado à sua sorte sem, pelo menos, receber tratamento paliativo, apesar de que o mesmo Código ser omissivo quanto a isto.

Também a seleção humana de características morfológicas que apresentem semelhanças com traços infantis, nos animais de companhia, faz com que, para os detentores de animais com estas características, seja mais difícil a aceitação de um ato que quebre o vínculo com o animal (Wolfensohn 2020). Main (2006) salienta que se o veterinário deve defender o bem-estar do animal, então deveria ter a obrigatoriedade de influenciar o processo de decisão do detentor para um resultado que vá de encontro ao melhor para o animal (Main 2006). Aliás, em países como o Reino Unido e a Dinamarca, em situações de emergência o veterinário deve proceder no melhor interesse do animal, sem o consentimento do detentor (Sandøe et al. 2017).

Assim sendo, o consentimento informado não pode ser a única justificação para realizar procedimentos médicos, incluindo a eutanásia, devendo ser igualmente importante dar um tratamento justo aos animais e evitar o prejuízo (Ashall et al. 2018).

A sociedade em geral, mas sobretudo as sociedades urbanas, têm vindo a mudar a maneira como olham para os animais de companhia, vendo-os como membros da família e reconhecendo a existência de um vínculo emocional forte entre detentores e animais de companhia, mas tal mudança tem tido também o efeito de aumentar o tratamento excessivo e desnecessário, bem como a experimentação de diferentes e/ou inovadores tratamentos (Sandøe et al. 2016). Aliás, ao considerar a eutanásia, o Código Deontológico refere como factores a considerar “*os legítimos interesses do seu detentor*”, conforme o disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 20º, não fazendo qualquer menção ao melhor interesse do animal e apenas mencionando “*O estado de saúde do animal e o seu bem-estar*” (Cfr. Artº 20º, nº 1, al. b)) sem os salientar como fatores a considerar.

Ainda que os avanços científicos e tecnológicos tenham resultado no surgimento de novos tratamentos e meios de diagnóstico que permitem salvar animais em situações que, no passado, seriam irresolúveis, bem como manter um animal doente crónico com boa qualidade de vida, esses mesmos avanços aumentam também a probabilidade de se incorrer em tratamento excessivo face a animais com claro bem estar negativo – aliás, os próprios veterinários reconhecem a utilização desproporcionada de tratamentos e meios de diagnóstico (Springer et al. 2019). Segundo o Código Deontológico, o médico veterinário deve “*Adotar as medidas necessárias e adequadas a evitar, diminuir ou fazer cessar qualquer ação que ponha em perigo a vida, a saúde ou o bem-estar animal*” (Cfr. Artº 19º, nº 2, al. d)), mas será que o tratamento excessivo e desnecessário (“overtreatment”) está

abrangido por esta disposição? Além do mais, o desenvolvimento e o investimento na especialização em várias áreas da prática clínica adiciona mais pressão, uma vez que, enquanto especialista, o veterinário tem a tentação de aplicar todos os tratamentos possíveis ao seu alcance, incluindo os inovadores, também a pedido dos detentores (Rollin 2011). Mas ainda que muitos veterinários reconheçam os benefícios proporcionados por estes avanços nos cuidados que os pacientes recebem, salientam que a qualidade de vida do animal é o mais importante e deve ser valorizada em detrimento da quantidade de vida - por esta razão nem todas as opções são válidas, tendo em conta o impacto no bem-estar do animal (Springer et al. 2019).

Será talvez interessante estabelecer um paralelismo com os sistemas de valores dos seres humanos para os quais a eutanásia é ainda fonte de discórdia e de conflito porque, mais uma vez, se preveligia a quantidade, ao invés da qualidade de vida (Rollin 2011). Ora, em medicina veterinária a eutanásia é vista como um meio para atingir o fim do sofrimento e da dor num animal, sendo imperativo considerar a qualidade de vida, em detrimento da quantidade (Wolfensohn 2020). Este binómio também coloca veterinários e detentores numa posição vulnerável, pois para aferir qualquer qualidade de vida animal é necessário avaliar, de forma realística, o que os animais experienciam (Rollin 2011). Ademais, segundo a Associação Veterinária Britânica, um ponto fulcral para estas decisões é a situação contextual na qual o animal se insere, o que faz com que animais em condições idênticas, beneficiem de opções diferentes (BVA 2016).

5. DECISÕES E EUTANÁSIA

Ao debater a eutanásia, as opções não se podem cingir a realizar a eutanásia ou não fazer nada, pois não é viável nem

legal que nenhum animal de companhia esteja em sofrimento. Daí a necessidade de se considerarem opções como cuidados paliativos, tratamento para a doença existente ou a possibilidade de ser adotado por outra família e qual o impacto que cada uma delas tem na qualidade de vida do animal (BVA 2016).

Frequentemente a eutanásia de animais acontece por razões que nada têm a ver com o interesse do animal (Persson et al. 2020) e não raramente os veterinários sentem-se em conflito por não dar prioridade ao animal, mas sim às necessidades do detentor (Moses et al. 2018). Constrangimentos económicos e de ordem prática são aspectos cruciais no processo de decisão, estando até presentes em *guidelines* de uso veterinário sobre decisões de final-de-vida (Grimm et al. 2018; Gray and Fordyce 2020) mas ainda que ajude psicologicamente os veterinários a lidar com o *stress moral* que pode advir de ponderar a eutanásia, também pode impedir uma reflexão sobre factores que são cruciais para uma eutanásia com vista ao melhor interesse do animal e à sua qualidade de vida. Ademais, alguns focam-se sobretudo em aferir o momento certo para a eutanásia, e não se esta é o melhor resultado para o animal (Persson et al. 2020).

Contudo, definir a qualidade de vida de um animal é, por si só, um desafio, e apenas pode ser feita subjectivamente, sendo outro desafio nomear a melhor pessoa para o fazer. O detentor, ainda que seja o melhor conhecedor do seu animal, pode desviar este julgamento por uma visão antropocentrica das preferências, emoções e bem-estar do animal e pela sua ligação emocional (Bradshaw and Casey 2007). Contudo, os detentores, uma vez que, conhecem o seu animal melhor que ninguém e estão com eles no dia-a-dia, encontram-se numa posição preveligiada para averiguar determinados aspectos que reflectem o bem-estar e a qualidade de vida do animal (Christiansen et al. 2016).

Outros factores contextuais, principalmente centrados no cliente, desviam os veterinários do foco no melhor interesse do animal e influenciam as decisões médicas – capacidade do

detentor em entender a situação do animal; limitações financeiras; manter uma boa relação com o cliente e sua satisfação; expectativas e desejos dos clientes; vínculo entre cliente e animal –, para além de factores relacionados com o próprio local de trabalho, como os ligados a imperativos económicos – lucro, amortização de equipamentos técnicos e competição de marketing face a outras instituições – e às ofertas de diagnóstico e/ou tratamento que a própria instalação detém e ainda factores centrados nos próprios veterinários (Springer et al. 2019) como por exemplo a pressão para a evolução profissional e a pressão para veterinários menos experientes não perderem oportunidades de treino e realizarem intervenções que não vão de encontro ao interesse do animal (Grimm et al. 2018). No entanto, o Código Deontológico deixa claro, no seu Artigo 12º que “*o médico veterinário é técnica e deontologicamente independente, não devendo fazer depender as suas decisões de proveitos próprios ou influências externas*”.

Qualquer situação em que a opção de eutanásia e outras possibilidades estejam em cima da mesa, no debate com o cliente e na gestão da situação do animal, o veterinário deve guiar-se pelos seguintes quatro princípios bioéticos médicos desenvolvidos por Beauchamp e Childress (2013):

(1) Respeitar a autonomia – Obrigação de o veterinário fornecer toda a informação necessária para o cliente tomar a melhor decisão para o seu animal, independentemente do seu conhecimento médico/clínico, por forma a tomar decisões informadas e dar o consentimento para o tratamento, o que implica que o veterinário seja verdadeiro para com o cliente e respeite os seus valores, crenças, privacidade e confidencialidade. E igualmente, respeitar a autonomia do animal, tendo em consideração o medo e dor que pode experienciar, bem como as suas preferências (claro que o veterinário pode ajudar a direccionar o processo de tomada de decisão e também deve considerar a autonomia do paciente.)

(2) Não maleficência – Evitar uma conduta insensível e uma comunicação inadequada com o cliente. Já no que respeita ao animal, implica evitar uma escalada iatrogénica de desconforto e dor devido a intervenções clínicas e negligência por desvio do modelo de cuidados;

(3) Beneficência – um diágo honesto e aberto com o cliente, sobre prognóstico e custos. Em relação ao animal pode envolver abrir o discurso à eutanásia em casos onde o prolongamento dos tratamentos, resultará em sofrimento;

(4) Justiça – fornecer a todos os clientes o melhor cuidado em *behalf* dos animais, independentemente do contexto e antecedentes do cliente. Tratar os pacientes de acordo com o que serão as suas preferências, e de acordo com os recursos financeiros do detentor e empenho ao seguir o plano de tratamento.

Contudo, nem sempre o veterinário vai conseguir respeitar todos os princípios, e por vezes terá de infringir um para respeitar outro, sendo necessário perceber o que se justifica. Além do mais, o médico veterinário deverá “*Atuar com respeito pelos valores da honestidade, integridade e imparcialidade*” (Cfr. Artº 9º, al.c) do Código Deontológico).

Além disso é urgente a distinção duas formas de o veterinário atuar: uma *balancing-ethical-approach*, baseada no peso dos factores de todos os seres envolvidos no processo de decisão, sendo eles o animal, o detentor e o veterinário, com vista a um resultado justo, e uma abordagem ética centrada no paciente, ou seja, no animal (Persson et al. 2020). Porém, os profissionais de veterinária podem ajudar os detentores a avaliarem e tomarem decisões focadas no bem-estar animal, ao debaterem os benefícios e prejuízos para este de cada uma das opções de tratamento/procedimento, podendo mesmo ser vantajoso criar listas para avaliar os pros e os contras (Yeates 2013). A bem ver, é o diálogo entre o veterinário e o detentor que influencia o resultado que deverá ser visto na perspectiva do

melhor interesse do animal, porque o primeiro detém o conhecimento legal e técnico sobre saúde e bem-estar animal e o último é capaz de fornecer informação sobre os aspectos quer circunstanciais quer de temperamento do animal individual. Por forma a considerar o melhor interesse do animal é preciso haver um conhecimento vasto sobre o campo da ética veterinária (Gray and Fordyce 2020).

Em medicina veterinária a problemática consiste em saber efectivamente o que o animal quer, uma vez que as preferências e valores dos animais não são conhecidos (Franks 2019). O que se faz é basear na interpretação humana das emoções e preferências do animal, tal como praticado com bebés e crianças de tenra idade, cujos valores e preferências ainda se desconhece, cabe ao cuidador responsável tomar decisões (Gray and Fordyce 2020). Atendendo ao exposto, Gray e Fordyce (2020) apresentam um conjunto de factores para calcular os melhores interesses do animal, sem ser exaustivo nem hierarquico, sendo um deles, e talvez o mais importante, a capacidade de comunicar de forma adequada com o detentor para facilitar o processo e discussão através dos quais os dois humanos intervenientes defendem o melhor interesse do animal como prioridade, que tem por base a aplicação da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, contudo é preciso realçar as diferenças no estatuto legal das crianças menores e os animais

Grimm et al. (2018) desenvolveram uma ferramenta para a tomada de decisões a respeito de animais de companhia, no qual o fundamento moral é o de garantir o melhor interesse do animal. Essa avaliação basea-se na restauração da saúde do animal e num balanço positivo da qualidade de vida. Considera, no entanto, outros factores que influenciam o interesse do animal, em particular as circunstâncias, desde o o ambiente físico, e factores relacionados com o detentor como o conhecimento, a habilidade e os recursos financeiros e a disponibilidade de

tempo, para fornecer os cuidados que estejam em decisão (Grimm et al. 2018).

Em suma, tanto o cliente como o veterinário detêm informação relevante face à necessidade de decidir a realização de eutanásia de um animal de companhia, pelo que a partilha do conhecimento de ambos é fulcral para a obtenção do melhor resultado para o animal (Christiansen et al. 2016). Possivelmente, a utilização da metodologia de Grimm et al. (2018) ou de Gray e Fordyce (2020), em junção com o Animal Welfare Assessment Grid, poderá ser uma forma de alcançar um resultado para o animal que, não só tenha em conta a sua qualidade de vida e os seus interesses, mas também tenha uma base ética e moral, e para o qual tenham contribuído decisivamente quer os conhecimentos do médico veterinário, quer os do detentor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente, os veterinários têm como opção de ato médico a eutanásia para os seus pacientes, contudo para que esta decisão seja eticamente fundamentada, o reconhecimento de dor e sofrimento no animal não são justificações suficientes se decidir por esta acção (Wolfensohn 2020), sendo fulcral avaliar o bem-estar e a qualidade de vida do animal de forma objectiva e consistente. Simultaneamente, a legislação e regulamentação variam muito de país para país, sendo que em algumas culturas as decisões de fim de vida dos animais são sobretudo tomadas em função dos interesses humanos, ao passo que noutras a proteção da vida dos animais é um dos objectivos da lei, sendo obrigatório haver “boas razões” para uma decisão (Persson et al. 2020). Para além disso, a decisão de eutanásia é comumente pressionada não só por complicações clínicas mas também por problemas de comunicação, tempo, constrangimentos financeiros, aspectos legais e luto (Yeates 2010) contudo,

nenhuma ponderação relativa à eutanásia pode ser feita tendo apenas em conta conceitos como “cessar ou evitar mais sofrimento”, nem ser pressionada por razões que não têm em conta a qualidade de vida do animal, devendo trazer-se à colação questões relativas à cognição e ética animais bem como considerações de ordem filosófica (Persson et al. 2020) pois só a junção de todas estas perspetivas permitirá uma reflexão rigorosa e meticulosa sobre o que é a qualidade de vida do animal em questão e que impacto terá a sua condição de vida presente num possível futuro, caso se mantenha com vida.

Finalmente, o médico veterinário moderno deveria ser apoiado no desenvolvimento de competências de comunicação com os detentores – ambos detêm informação relevante perante a necessidade de se tomarem decisões, e por isso, a partilha do seu conhecimento é fulcral (Christiansen et al. 2016) – e no desenvolvimento *de ethical judgment skills*, tendo em conta o impacto positivo na qualidade dos serviços a prestar ao animal e por forma a tomarem decisões eticamente mais robustas (Nickels and Feeley 2017; Ashall et al. 2018; Moses et al. 2018).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AVMA Guidelines for the Euthanasia of Animals, 2020 Edition;
American Veterinary Medical Association: Schaumburg,
IL, USA, 2020
- Ashall, V.; Millar, K. M.; Hobson-West, P. Informed Consent in
Veterinary Medicine: Ethical Implications for the
Profession and the Animal ‘Patient’. *Food ethics*. 2018.
1:247–258
- Batchelor, C.E.; McKeegan, D.E. Survey of the frequency and
perceived stressfulness of ethical dilemmas encountered

- in UK veterinary practice. *Vet. Rec.* 2012, 170, 19-22
- Beauchamp, T.L.; Childress J.F. *Principles of Biomedical Ethics*. 7th ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Belshaw, C. Death, Pain, and Animal Life. In *The Ethics of Killing Animals*; Višak, T., Garner, R., Eds.; Oxford University Press: New York, NY, USA, 2016;
- Bradshaw, J.W.S.; Casey, R.A. Anthropomorphism and anthropocentrism as influences in the quality of life of companion animals. *Anim. Welf.* 2007, 16, 149–154.
- BVA Guide to euthanasia; British Veterinary Association, London, 2016
- Cholbi, M. The Euthanasia of companion animals. In *Pets and People: The Ethics of Our Relationships with Companion Animals*; Overall, C., Ed.; Oxford University Press: New York, NY, USA, 2017; pp. 264–278.
- Christiansen, S. B.; Kristensen, A. T., Lassen, J.; Sandøe, P. Veterinarians' role in clients' decision-making regarding seriously ill companion animal patients. 2016. *Acta Vet Scand.* 2016. 58:30
- Código Deontológico Médico-Veterinário. Ordem dos Médicos Veterinários. 2021
- FAWC. Farm Animal Welfare in Great Britain: Past, Present and Future; Farm Animal Welfare Council: London, UK, 2009. Disponível online: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/319292/Farm_Animal_Welfare_in_Great_Britain_Past_Present_and_Future.pdf
- FAWC. 1979. Disponível online: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20121010012427/http://www.fawc.org.uk/f>
- Franks, B. What do animals want? *Anim. Welf.* 2019, 28, 1–10.
- Fawcett, A. Euthanasia and morally justifiable killing in a veterinary clinical context. In *Animal Death*; University

- of Sydney: Sydney, Australia, 2013; pp. 205–220.
- Gray, C.; Fordyce, P. Legal and Ethical Aspects of ‘Best Interests’ Decision-Making for Medical Treatment of Companion Animals in the UK. *Animals* 2020, 10, 1009
- Green, T.C.; Mellor, D.J. Extending ideas about animal welfare assessment to include ‘quality of life’ and related concepts. *N. Z. Vet. J.* 2011. 59, 316–324.
- Grimm, H.; Bergadano, A.; Musk, G.C.; Otto, K.; Taylor, P.M.; Duncan, J.C. Drawing the line in clinical treatment of companion animals: Recommendations from an ethics working party. *Vet. Rec.* 2018, 182, 664.
- Hartnack, S.; Springer, S.; Pittavino, M.; Grimm, H. Attitudes of Austrian veterinarians towards euthanasia in small animal practice: Impacts of age and gender on views on euthanasia. *BMC Vet. Res.* 2016, 12, 26.
- Kasperbauer, T.J.; Sandøe, P. Killing as a welfare issue. In *The Ethics of Killing Animals*; Višak, T., Garner, R., Eds.; Oxford University Press: New York, NY, USA, 2016; pp. 17–31, ISBN 0199396086.
- Kondrup, S.V.; Anhøj, K.P.; Rødsgaard-Rosenbeck, C.; Lund, T.B.; Nissen, M.H.; Sandøe, P. Veterinarian’s dilemma: A study of how Danish small animal practitioners handle financially limited clients. *Vet. Rec.* 2016, 179, 596.
- Main, D. Offering the best to patients: Ethical issues associated with the provision of veterinary services. *The Veterinary Record.* 2006. 158 (2): 62–66.
- McMillan, F.D. Mental health and well-being benefits of personal control in animals. In *Mental Health and Well-Being in Animals*, 2nd ed.; McMillan, F.D., Ed.; CAB International: Wallingford, UK, 2020; pp. 67–81.
- Meehan, M. P.; Bradley, L. Identifying and Evaluating Job Stress within the Australian Small Animal Veterinary Profession. *Aust Vet Practit.* 2007. 37(2), 70.
- Mellor, D. Updating animal welfare thinking: Moving beyond

- the “Five Freedoms” towards “a LifeWorth Living”. *Animals* 2016, 6, 21–41.
- Mellor, D.J. Operational details of the Five Domains Model and its key applications to the assessment and management of animal welfare. *Animals* 2017, 7, 60.
- Mellor, D.J.; Patterson-Kane, E.; Statford, K.J. Animal welfare, grading compromise and mitigating suffering. In *The Sciences of Animal Welfare*; Wiley-Blackwell Publishing: Oxford, UK, 2009; pp. 72–94.
- Mellor, D. J.; Beausoleil, N. J.; Littlewood, K. E.; McLean, A. N.; McGreevy, P. D.; Jones, B.; Wilkins, C. The 2020 Five Domains Model: Including Human-Animal Interactions in Assessments of Animal Welfare. 2020. *Animals*. 2020, 10, 1870
- Moses, L.; Malowney, M. J.; Boyd, J. W. Ethical conflict and moral distress in veterinary practice: A survey of North American Veterinarians. *J Vet Intern Med*. 2018;1–8.
- Morgan, C.A. Ethical dilemmas in veterinary medicine. *Veterinary Clinics: Small Animal*. 2007, 37: 165–179.
- Nickels, B. M.; Feeley, T. H. Breaking Bad News in Veterinary Medicine, Health Communication, 2017. DOI: 10.1080/10410236.2017.1331309
- Palmer, C., S. Corr and P. Sandøe. Inconvenient desires: Should we routinely neuter companion animals? *Anthrozoös*. 2012. 25: S153–S172.
- Passantino, A.; Quartarone, V; Russo, M. Informed consent in veterinary medicine: Legal and medical perspectives in Italy. *Open Journal of Animal Sciences*. 2011, 1: 128–134.
- Persson., K.; Selter, F., Neitzke, G.; Kunzmann, P. Philosophy of a “good death” in small animals and consequences for euthanasia in animal law and veterinary practice. *Animals* 2020, 10, 124.
- Rollin BE. Euthanasia and quality of life. *J Am Vet Med Assoc*.

- 2006; 228(7):1014–6.
- Rollin, B.E. Euthanasia, moral stress, and chronic illness in veterinary medicine. *Vet. Clin. N. Am. Small Anim. Pract.* 2011, 41, 651–659.
- Sandøe, P.; Palmer, C.; Corr, S. Human Attachment to Dogs and Cats and its Ethical Implications. In Proceedings of the 22nd FECAVA Eurocongress, Vienna, Austria, 22-25 June 2016; Volume 31, 11–14.
- Sandøe, P.; Corr, S.; Palmer, C. *Companion animal ethics*. Chichester: Wiley-Blackwell. 2017.
- Springer, S.; Sandøe, P.; Bøker Lund, T.; and Grimm, H. “Patients’ interests first, but ...” – Austrian Veterinarians’ Attitudes to Moral Challenges in Modern Small Animal Practice, *Animals* 2019, 9, 241.
- Yeates, J.W.; Main, D.C.J. Assessment of positive welfare: A review. *Vet. J.* 2008. 175, 293–300.
- Yeates, J.W. Ethical aspects of euthanasia of owned animals. *In Practice* February 2010, 32, 70–73.
- Yeates, J.W. Is ‘a life worth living’ a concept worth having? *Anim. Welf.* 2011, 20, 397–406.
- Yeates, J.W. *Animal Welfare in Veterinary Practice*. Eds: Wiley-Blackwell. 2013
- Wolfensohn, S. Too Cute to Kill? The Need for Objective Measurements of Quality of Life. *Animals*. 2020, 10, 1054;
- Wolfensohn, S.; Sharpe, S.; Hall, I.; Lawrence, S.; Kitchen, S.; Dennis, M. Refinement of welfare through development of a quantitative system for assessment of life time experience. *Anim. Welf.* 2015, 24, 139–149. Available online: <http://epubs.surrey.ac.uk/813820/>